



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**12ª Vara Federal de Curitiba**

Avenida Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1678 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb12@jfpr.jus.br

**EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA Nº 5037341-79.2017.4.04.7000/PR**

**EXEQUENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**CONDENADO:** ANTONIO PALOCCI FILHO

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Trata-se de execução das penas impostas a **ANTÔNIO PALOCCI FILHO**, que foi condenado nos autos da Ação Penal nº 5054932-88.2016.4.04.7000, da 13ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, pela prática dos crimes tipificados no artigo 317, *caput* e § 1º, do Código Penal e no artigo 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/1998.

Foi condenado, também, ao pagamento das custas processuais proporcionais e à reparação de danos à Petrobras, *no valor mínimo de USD 10.219.691,08, convertido pelo câmbio de 3,33 (23/06/2017), corrigido monetariamente pelo IGP-M (FGV) a partir da sentença e agregado de 0,5% de juros simples ao mês, descontados os valores efetivamente confiscados.*

Julgando os recursos de apelação, a 8ª Turma do TRF da 4ª Região, em sessão realizada no dia 28/11/2018, decidiu ***negar provimento ao recurso de Antônio Palocci Filho, porém conceder-lhe benefícios em razão da celebração de acordo de colaboração, nos termos do voto do relator, vencido o Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus, o qual apresentou ressalvas de fundamentação.*** A pena **privativa de liberdade** relativa aos crimes de corrupção passiva e aos crimes continuados de lavagem de dinheiro cometidos por **ANTÔNIO PALOCCI FILHO**, restou fixada, ao final, em **09 (nove) anos e 10 (dez) dias de reclusão, e 208 (duzentos e oito) dias-multa**, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes em 07/2012 (evento 37).

Constou, ainda, do voto do e. relator, a determinação de **progressão para o regime semiaberto diferenciado, a ser cumprido em prisão domiciliar e com monitoramento eletrônico.**

Em face ao determinado pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi realizada audiência admonitória em 29/11/2018, quando, então, o apenado iniciou o cumprimento de pena no regime semiaberto diferenciado, com recolhimento domiciliar integral, fiscalizado por meio de monitoramento eletrônico (evento 49).

**ANTÔNIO PALOCCI FILHO**, por meio do seu defensor constituído, requereu a concessão da progressão ao regime aberto. Argumentou que: **(a)** *"além de já ter cumprido 1/6 de sua pena em regime semiaberto, o peticionário ostentou ao longo da sua execução penal bom comportamento"*; **(b)** a jurisprudência do STF está consolidada no sentido de que, *"na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior"*; **(c)** *"a melhor leitura é no sentido de que a fração para nova progressão deve incidir sobre o tempo restante da pena"*. Pleiteou que *"[...] ao analisar as condições às quais o peticionário será submetido no regime aberto, não imponha a ANTÔNIO PALOCCI FILHO a continuidade de seu monitoramento eletrônico, vez que o acordo de colaboração premiada do qual ele é signatário, diferentemente dos demais, não prevê que o cooperante, durante o regime aberto, seja submetido a recolhimento domiciliar em horários e dias específicos"* (evento 319). Ao evento 321, requereu autorização a fim de visitar sua genitora no período de 06/08/2019 a 08/08/2019, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Afirmou estarem preenchidos todos os requisitos necessários para o deferimento do benefício de saída temporária e informou o endereço onde permanecerá recolhido em prisão domiciliar.

O Ministério Público Federal manifestou-se nos eventos 324 e 328. Relativamente ao pedido de progressão de regime, pontuou que *"[...] após o trâmite regular da Ação Penal nº 5054932-88.2016.4.04.7000, ANTÔNIO PALOCCI celebrou acordo de colaboração premiada com a autoridade policial, homologado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em razão do qual as penas a ele arbitradas foram reduzidas pela metade por aquela Corte"*, e que *"considerando a pena privativa de liberdade contra ele arbitrada, o requisito temporal para a progressão para o regime semiaberto restou preenchido em 27/03/2018, motivo pelo qual aquele órgão julgador determinou, desde logo, sua progressão de regime"*, de modo que *"[...] ANTÔNIO PALOCCI preencherá o requisito temporal para a progressão para o regime aberto tão somente em 28/09/2019"*. Acrescentou que *"diferentemente do que alega a defesa, a fim de que reste o requisito temporal preenchido para que ANTÔNIO PALOCCI progrida para o regime aberto, faz-se necessário o cumprimento de 1/6 da pena total, conforme disciplinado pelo artigo 112 da Lei nº 7210/84"* (evento 324). Ao evento 328, manifestou-se pelo indeferimento do pedido de deslocamento formulado pela defesa de ANTÔNIO PALOCCI no evento 321. Argumentou que: **(a)** *"diante da determinação de que o cumprimento da pena no regime semiaberto diferenciado por ANTÔNIO PALOCCI deverá ocorrer em prisão domiciliar e com monitoramento eletrônico, afigura-se absolutamente*

*incompatível com o regime de cumprimento ora fixado o deferimento do deslocamento do colaborador nos moldes requeridos, sobretudo para cidade a 317 quilômetros do domicílio do executado, conforme informado pela própria defesa no petítório encartado no evento 321"; (b) "some-se a isso o fato de que a defesa apenas apresentou declaração vaga e genérica a respeito da avançada idade da mãe do ora requerente, aduzindo que em razão disso teria ela dificuldades para se deslocar até a cidade de São Paulo/SP, sequer tendo comprovado documentalmente tais alegações".*

### **É o breve relatório. Decido.**

2. Pretende o executado a progressão ao regime aberto, sob o argumento de que: **(a)** o executado cumpriu 1/6 (um sexto) da pena privativa de liberdade desde a data em que teria preenchido os requisitos legais para a progressão ao regime semiaberto (26/03/2018); **(b)** a aplicação da fração (1/6) para nova progressão deve ser incidir sobre o tempo remanescente de pena, e não sobre a pena total.

Nos termos do voto do Relator Des. João Pedro Gebran Neto, foram impostas as seguintes penas, fixadas nos termos do acordo de colaboração firmado pelo executado (evento 37, VOTO2):

*"Assim, deve ser mantida a pena definitivamente fixada para os crimes de lavagem de dinheiro em **9 (nove) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**, no valor do dia-multa em 5 (cinco) salários mínimos vigentes em 07/2012, como estabelecido na sentença. 7.1.3. Concurso material entre o crime de corrupção passiva e os crimes de lavagem de dinheiro. Ante os fundamentos expostos em capítulo anterior específico sobre este tópico, **merece provimento o apelo da acusação neste ponto**, para que seja reconhecido o concurso material entre o crime de corrupção passiva e os crimes de lavagem de dinheiro. Assim, de acordo com a previsão do art. 69, do Código Penal, as sanções relativas ao crime de corrupção passiva e aos crimes continuados de lavagem de dinheiro cometidos por ANTÔNIO PALOCCI devem ser somadas, resultando em **18 (dezoito) anos e 20 (vinte) dias de reclusão**. As penas de multa devem ser convertidas em valor e igualmente somadas. 7.1.4. Para a pena fixada **o regime inicial é o fechado**, de acordo com as regras do artigo 33 do Código Penal. Conforme a dicção do artigo 7º, II, da Lei nº 9.613/1998, deve ser mantida a interdição de ANTÔNIO PALOCCI FILHO para o exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, membro de conselho ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da mesma lei pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade. 7.1.5. **Concessão de benefícios em razão de colaboração** A pena antes referida seria definitiva. Todavia, ANTÔNIO PALOCCI FILHO celebrou Acordo de Colaboração Premiada com a Autoridade Policial Federal, homologado por este Relator. [...]*

*7.1.5.5. Assim, tendo em vista a efetiva e relevante cooperação do réu, e na esteira do que prevêem o §1º da cláusula 2ª do Termo de Colaboração e o §5º do artigo 4º da Lei nº 12.850/2013, reduzo sua pena final em 1/2, pelo que restará fixada em definitivo em **09 (nove) anos e 10 (dez) dias de reclusão e 208 (duzentos e oito) dias-multa**, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes em 07/2012. Com relação ao regime de cumprimento, observa-se que ANTÔNIO*

*PALOCCI FILHO encontra-se preso preventivamente desde 26/09/2016 (data da implementação), de forma que decorridos mais de 1/6 da pena ora estabelecida. Sendo assim, e considerando a condição especial de colaborador, determino desde logo a progressão para o regime semiaberto diferenciado, a ser cumprido em prisão domiciliar e com monitoramento eletrônico. Tal progressão ficará condicionada à reparação do dano, nos termos do artigo 33, §4º, do Código Penal. Caberá ao juízo da execução estabelecer as demais condições pertinentes ao cumprimento da sanção em tal regime diferenciado, bem como realizar a unificação das penas eventualmente aplicadas nos demais feitos a que responde o acusado, assim como deliberar sobre questões incidentais. **7.1.5.6. Por fim, a bem de extirpar quaisquer dúvidas remanescentes, reitero que os benefícios ora aplicados dizem respeito tão somente ao presente julgamento.** Com relação aos inquéritos policiais e à ação penal citadas no Termo de Acordo de Colaboração, caberá aos respectivos juízos aferir sobre a sua incidência e quantum de atenuação das penalidades. Posteriormente, caberá ao juízo da execução a unificação das penas, fixando modo e forma de cumprimento destas[...].*

Pois bem, de fato, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que o marco da progressão de regime é a **data em que o apenado preencher os requisitos legais** (art. 112, LEP) e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior:

*Habeas Corpus. 2. Execução Penal. Progressão de regime. Data-base. 3. Nos termos da jurisprudência do STF, obsta o conhecimento do habeas corpus a falta de exaurimento da jurisdição decorrente de ato coator consubstanciado em decisão monocrática proferida pelo relator e não desafiada por agravo regimental. Todavia, em casos de manifesto constrangimento ilegal, tal óbice deve ser superado. 4. **Na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior.** 5. **A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva.** 6. **Deve ser aplicada a mesma lógica utilizada para a regressão de regime em faltas graves (art. 118, LEP), em que a data-base é a da prática do fato, e não da decisão posterior que reconhece a falta.** 7. Constrangimento ilegal reconhecido, ordem concedida. (HC nº 115254, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 15/12/2015. In: DJe de 26/02/2016).*

Pontuou o Ministro Relator em seu voto:

*Ao meu sentir, o maior problema, em situações como a dos autos, é a omissão, e não o indeferimento dos pedidos, como se pode pensar. É obrigação do Poder Judiciário, como Estado, examinar os requerimentos, quaisquer que sejam, em um prazo razoável, ainda que os indefira, fundamentadamente. Tal é ainda mais certo quando a inércia estatal gera prejuízo à liberdade do requerente. É essencial que se atenda ao princípio constitucional da duração razoável do processo, não podendo exigir que o reeducando, pessoalmente, arque com as deficiências do aparato judicial. Todos têm direito a uma resposta, mesmo que contra suas pretensões. É exatamente isso que devemos assegurar.*

*Dessa forma, o marco para a progressão será a data que efetivamente corresponda ao preenchimento dos requisitos legais, e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior, sob pena de constrangimento ilegal. Essa é a melhor leitura da regra explicitada pelo artigo 112 da Lei de Execução Penal, entendendo a decisão judicial como declaratória do direito do apenado, com base no mesmo raciocínio aplicado à penalidades disciplinares decorrentes de falta grave, conforme previsão do artigo 118 do mesmo diploma legal. Dessa forma, faz-se um sistema lógico e justo (HC nº 115254, Relator(a): Min. GILMAR MENDES [Voto], Segunda Turma, julgado em 15/12/2015. In: **DJe** de 26/02/2016).*

Desta feita, impende considerar a data da prisão preventiva como marco inicial para obtenção de benefícios em sede de execução penal, uma vez que não se tem notícia do cometimento de falta grave pelo apenado; servindo o acórdão condenatório como parâmetro acerca do *quantum* de pena que deverá ser cumprido e não como marco interruptivo para obtenção de benefícios relacionados à progressão de regime.

A Lei de Execução Penal, no seu art. 112, assim dispõe sobre o cálculo a ser realizado para a progressão de regime:

*Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, **quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior** e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.*

Observo que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal possui precedente no sentido de que a base de cálculo para a progressão de regime seria a totalidade da pena imposta (HC nº 69975, Relator Min. Moreira Alves, Primeira Turma, julgado em 15/12/1992), bem como na linha de que, na hipótese de cometimento de falta grave, "[...] *incumbe ao Juízo da execução a análise da possibilidade de progressão de regime, tendo por base a pena remanescente*" (RHC 133575, Relator Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 21/02/2017. In: **DJe** de 15/05/2017).

Júlio Mirabete e Renato Fabbrini lecionam que existe dúvida interpretativa acerca do cálculo do requisito temporal para a progressão de regime, quando se trata de promover a segunda progressão:

*Em primeiro lugar, deve o condenado, para obter a progressão, ter cumprido um sexto da pena ou do total das penas que lhe foram impostas, no regime inicial. É pacífico na jurisprudência, que para o cálculo desse lapso temporal tenha-se a soma das penas impostas ao condenado, não se prestando a tal o limite de 30 anos obtido pela unificação de penas nos termos do art. 75 do Código Penal. Nesse sentido é a Súmula 715 do STF (item 66.6).*

*Dúvida surge, entretanto, sobre a exigência do tempo cumprido, quando se trata de promover a segunda progressão, devendo se indagar se é exigível que cumpra o condenado mais um sexto do total*

da pena ou penas impostas ou se é suficiente o cumprimento de um sexto do que restou da pena ou das penas após a primeira progressão. Diante do que dispõe a lei de execução, a segunda solução é a mais adequada. Dispõe a lei, expressamente, que sobrevindo a condenação no curso da execução, deve ser somada a pena "ao restante da pena que está sendo cumprida, para determinação do regime" (art. 111, parágrafo único). Deve ser desprezado, portanto, o tempo da pena já cumprida. A determinação do regime, nessa hipótese, funda-se na soma da pena superveniente com o "restante da pena" anterior. Pode afirmar-se, também, que a pena cumprida é pena extinta. É o que se depreende da lei penal quando trata da prescrição. Nos termos do art. 113 do Código Penal, no caso de evasão do condenado, a prescrição é regulada pelo que "resta" da pena. Assim, no caso de evasão do condenado que tenha várias penas a cumprir, extinta uma delas porque já fora cumprida antes da fuga, no total que deverá cumprir ao ser recapturado não estará ela incluída. Para a progressão, nessa hipótese, o sexto da pena somente pode ser contado tendo em vista as penas remanescentes. O mesmo ocorre se, empreendida a fuga durante a execução da primeira pena, extinguir-se o restante pela prescrição; na recaptura, a contagem do prazo para a progressão deve ser feita tendo em vista somente as penas "restantes" (que não prescreveram). Se nessas hipóteses não mais se consideram as penas cumpridas ou extintas, com maior razão devem ser elas desprezadas para o cálculo da progressão no caso do condenado que não se evadiu. A solução contrária levaria ao absurdo. Por essas razões, após a primeira transferência (do regime fechado para o semiaberto), a progressão será determinada quanto ao requisito temporal, pelo "restante" da pena, ou seja, pelo que teria o condenado a cumprir a partir da primeira transferência (MIRABETE, Julio; FABBRINI, Renato N. Execução Penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984. 12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 419-420, grifo nosso).

A Calculadora de Execução Penal do Conselho Nacional de Justiça, a qual tem sido reiteradamente utilizada por este Juízo, por questão de isonomia, para a definição dos marcos temporais dos benefícios da execução penal, considera como base de cálculo para a progressão de regime a pena remanescente:

#### DADOS GERAIS

Execução Número: 5037341-79.2017.4.04.7000

Nome do Apenado: ANTONIO PALOCCI FILHO

Pena Total: 9a0m10d

Pena	Data do Fato	Data de Início da Condenação	Progressão de Regime	Livramento Condicional
9a0m10d		26/09/2016	1/6 - Comum	1/3 - Comum Primário

Data de Prisão Definitiva: 26/09/2016

#### PARA PROGRESSÃO DE REGIME

Regime Atual: Semiaberto

Data-base: 26/03/2018

Pena Cumprida = (Data-base - Data Início) - Interrupção + Detração

(26/03/2018 - 26/09/2016) - 0a0m0d + 0a0m0d

1a6m0d - 0a0m0d + 0a0m0d

Pena Cumprida Até a Data-base: 1a6m0d

Cálculo da Fração = (Pena Total - Pena Cumprida) \* Fração

Comum (1/6): 9a0m10d

Fração 1/6 = (9a0m10d-1a6m0d) \* 1/6 = 7a6m10d \* 1/6 = 1a3m1d

Fórmula do Requisito Temporal = Data-base + Soma das Frações + Interrupção\* - Detração\* - Remissão\* - 1 dia

26/03/2018 + 1a3m1d + 0a0m0d - 0a0m0d - 0d - 1d

**Data do Requisito Temporal: 26/06/2019**

Desse modo, considerando o acima exposto, julgo que **ANTÔNIO PALOCCI FILHO** atingiu o requisito objetivo para a progressão ao regime aberto em **26/06/2019**.

Quanto ao requisito **subjetivo**, observa-se que: **(a)** os valores constrictos em razão das medidas assecuratórias determinadas pelo Juízo da 13ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, nos Autos nº 5043559-60.2016.404.7000 e nº 5063590-04.2016.404.7000, são suficientes para garantir o pagamento da reparação do dano e da pena de multa, conforme pontuado na decisão do evento 74; **(b)** houve regular cumprimento da pena, sem violações injustificadas do monitoramento eletrônico; **(c)** o apenado adimpliu as custas processuais proporcionais e os custos do monitoramento eletrônico até 29/11/2019 (eventos 68 e 69).

**Por conseguinte, o executado preenche os requisitos necessários para a progressão ao regime aberto.**

**3.** Com a progressão de regime ora concedida, o executado passará a cumprir o restante da pena privativa de liberdade em **regime aberto**. O Estado não possui estabelecimento adequado ao cumprimento de pena nesse regime (Casa de Albergado). Deve, pois, ser mantida a **prisão domiciliar**, inclusive por se tratar de réu colaborador.

O art. 146-B, IV, da Lei nº 7.210/84, com a redação conferida pela Lei nº 12.258/2010, viabiliza a monitoração eletrônica georreferenciada como **meio de fiscalização do cumprimento da pena em domicílio**.

Desse modo, tendo em vista que foi concedida ao executado a progressão para o regime aberto, a ser cumprido mediante recolhimento domiciliar, conforme restrições de locais e horários que serão abaixo delineadas, afigura-se adequada a continuidade do monitoramento eletrônico, com os ajustes próprios ao regime aberto.

Na hipótese dos autos, verifica-se a plena adequação e compatibilidade do monitoramento eletrônico como instrumento de fiscalização das condições fixadas para o cumprimento da pena em regime aberto.

Confira-se, nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

**EMENTA: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECRETO 8.615/2015. CUMPRIMENTO DE APENAS UMA DAS RESTRITIVAS DE DIREITO. CONCESSÃO DE INDULTO. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. REGIME ABERTO DOMICILIAR. COMPATIBILIDADE. 1. O Decreto nº 8.615/2015 prevê a concessão de indulto nos casos em que substituída a pena privativa de liberdade para aqueles que tenham cumprido um quarto da pena, se não reincidentes. 2. A concessão do indulto depende do cumprimento de 1/4 de cada uma das penas restritivas de direitos, verificadas isoladamente. O**

*cumprimento de apenas uma das penas restritivas de direito não tem o condão de preencher o requisito autorizador para a concessão do indulto.*3. O curso da prescrição executória, iniciada com o trânsito em julgado para ambas as partes (v.g. TRF4, Agravo Em Execução Penal nº 0001263-38.2003.404.7203, 8ª TURMA, Des. Federal João Pedro Gebran Neto, D.E. 07/04/2016), interrompe-se com o início ou continuação do cumprimento da pena, a teor do disposto no artigo 117, V, do Código Penal. **4. O cumprimento da pena no domicílio da acusada, nos termos em que determinado pelo juízo a quo, autoriza o monitoramento eletrônico. Ao contrário do que ocorre com os presos que retornam ao final do dia para a casa do albergado, não é possível fazer um controle diário in loco do retorno para os domicílios daqueles que cumprem o regime aberto em suas residências, razão pela qual necessário o uso da tornozeleira.** 5. Agravo de execução penal desprovido. (TRF4 5005221-14.2016.404.7001, OITAVA TURMA, Relator JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, juntado aos autos em 01/07/2016)

**EMENTA:** PENAL. AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. REGIME ABERTO. PRISÃO DOMICILIAR. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO NÃO VERIFICADO. 1. A Lei nº 7.210/84, em seus artigos 115 e 116, permite ao juiz da execução penal, diante das peculiaridades do caso concreto, estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, bem como, em caso de necessidade, modificar as condições porventura estabelecidas. 2. **O monitoramento eletrônico, em casos como o dos autos, encontra amparo tanto no artigo 146-B, inciso IV, da Lei de Execuções Penais, quanto no artigo 7º do Provimento nº 46/2016, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.** (TRF4 5053922-09.2016.404.7000, SÉTIMA TURMA, Relator SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ, juntado aos autos em 24/01/2017)

Na mesma linha o precedente do Superior Tribunal de Justiça:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. INEXISTÊNCIA DE VAGA NO REGIME ABERTO. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. NECESSIDADE. SÚMULA N. 568/STJ. RECURSO DESPROVIDO.**

**1. O monitoramento eletrônico é necessário quando concedida, de forma excepcional, a prisão domiciliar para o resgate da reprimenda, nos casos de ausência de vaga em estabelecimento prisional compatível com o regime para o qual houve a progressão (ut, HC 357.239/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 21/10/2016) 2. In casu, foi concedida ao recorrente a progressão para o regime aberto e, diante da inexistência de vaga em Casa de Albergado, lhe foi deferida Prisão Domiciliar mediante monitoração eletrônica e aceitação de determinadas condições.**

**3. Incidência da Súmula n. 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver**

*entendimento dominante acerca do tema".*

*4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 1016695/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 10/03/2017)*

O início do cumprimento da pena em regime mais benéfico, portanto, não autoriza o afastamento dos meios de fiscalização próprios e adequados ao regime em que será inserido após a efetiva progressão. A par disso, serão realizados os ajustes próprios ao cumprimento de pena no regime aberto, conforme a seguir delineado.

Considerado o acima exposto e conforme previsto no artigo 115 da LEP, estabeleço as seguintes **condições** para o regime aberto:

**a) permanecer recolhido em prisão domiciliar** (ante a inexistência de casa de albergado ou outro estabelecimento adequado para o cumprimento de pena em regime aberto - art. 93 da LEP) **nos seguintes períodos: de segunda a sexta, a partir das 20:00 horas até as 07 horas do dia seguinte; aos sábados, a partir das 20:00 horas; e integralmente aos domingos e feriados.**

**b) proibição de se ausentar da cidade, sem autorização judicial.**

**3.1.** Intime-se o executado pelo modo mais expedito.

**4.** Relativamente ao pedido do evento 321, reafirmo que **ANTÔNIO PALOCCI FILHO** ostenta bom comportamento ao longo da execução, sendo que, até o presente momento, não foram registrados descumprimentos no monitoramento eletrônico, consoante se observa dos autos nº 5055924-78.2018.4.04.7000. Também não há notícia de outras faltas disciplinares.

Na situação específica, sendo a genitora do executado senhora de **idade avançada (84 anos)**, considero caracterizada situação excepcional, a justificar a ida do apenado a seu encontro.

Consigno que o deferimento do pedido não trará prejuízo à concretização das finalidades da pena, possuindo inclusive potencial de contribuir para o convívio familiar e a ressocialização do apenado.

**Autorizo**, assim, o deslocamento de **ANTÔNIO PALOCCI FILHO**, no período de **06/08/2019 a 08/08/2019**. **O apenado continuará em prisão domiciliar, durante o horário de recolhimento noturno, apenas com a mudança temporária do local de seu cumprimento, que será na residência de sua genitora.**

**5.** Promova a Secretaria as alterações necessárias no sistema de monitoramento eletrônico, com a inserção, como área de inclusão para recolhimento em prisão domiciliar, no período acima

mencionado, o endereço informado no evento 212.

6. Intime-se o executado, por meio de sua defesa constituída.

7. Ciência ao Ministério Público Federal e à defesa.

---

Documento eletrônico assinado por **DANILO PEREIRA JÚNIOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007196740v62** e do código CRC **f84d295c**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): DANILO PEREIRA JÚNIOR  
Data e Hora: 5/8/2019, às 17:44:44

---

**5037341-79.2017.4.04.7000**

**700007196740 .V62**